

O complexo industrial de defesa da França após a Segunda Guerra Mundial

Uma garantia de autonomia estratégica na atualidade

*Jean Ricardo de Holanda Torres**

Introdução

O complexo industrial de defesa da França sofreu uma série de transformações em razão das fortes influências surgidas no período pós-Segunda Guerra Mundial (1945-hoje). Foi diante de tamanha adversidade internacional que os franceses renovaram sua estratégia, garantindo ao Estado a reconquista de sua histórica autonomia, então subjugada em consequência da forte atuação norte-americana em solo europeu após o conflito.

Acontece que, logo após a guerra, a Europa — aí incluída a França — estava completamente devastada, levando os Estados Unidos (EUA), potência-líder capitalista, a apoiar a reconstrução de nações democráticas lá constituídas por meio do Plano Marshall, instituído em 1947 (ARRUDA; PILETTI, 2009). Tal ajuda garantia, por um lado, a recuperação dos países aliados, enquanto que, por outro, cerceava a liberdade de ação dos franceses, que passaram a viver forte ingerência norte-americana em sua cultura e em seu território.

Na época, a França não teve escolha, já que o Plano Marshall era, de fato, a única saí-

da para se opor à ameaça comunista liderada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a qual desejava implementar suas ideias socialistas mundo afora, contrárias às capitalistas. Cabe destacar que o histórico sangrento de embates em solo europeu desencorajava um novo conflito, ainda mais após um longo período de recaídas econômicas observadas durante a primeira metade do século XX, tais como as tidas como consequências diretas da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), da Grande Depressão de 1929, e da Segunda Grande Guerra (1939-1945).

Desde que Hitler assumiu o poder, em 1933, a Alemanha passou a adotar uma corrida armamentista, fato que preocupava o mundo, uma vez que descumpria visivelmente o Tratado de Versalhes (1919). Por gerar muitos empregos no pós-crise de 1929, Hitler atingia, pelo menos, dois objetivos: aumentar sua popularidade e dotar a Alemanha de um poderoso arsenal bélico. Já na França, a produção era moderada, pois não havia qualquer interesse em se envolver com o vizinho em uma nova guerra, estando tal intenção clara na “política de apaziguamento” adotada por ingleses

* Ten Cel QMB (AMAN/97, EsAO/05, ECEME/16). Realizou os cursos “S4 - Oficial de Logística” e “Comandante de Companhia Logística” na Alemanha (2011). Atualmente, serve na Força de Proteção Regional na UNMISS, Sudão do Sul.

e franceses, nada fazendo diante das sucessivas agressões alemãs.

A Segunda Guerra Mundial ocorreu entre 1939 e 1945, período em que se deram assaladores combates entre Aliados (EUA, Inglaterra, França, e outros países) e tropas do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Após a rápida invasão do território francês pela Alemanha, o general Charles de Gaulle passou a conduzir a chamada “Resistência”, a partir de 1940, da Inglaterra, onde estava exilado, contribuindo para a derrota alemã em 1945. Já os EUA entraram no conflito no ano seguinte, em 1941, após a agressão japonesa à sua base naval de Pearl Harbor, fato que ajudou a mudar o curso da guerra, até então, a favor dos nazifascistas.

Com o fim do “megaconflito”, embrionárias bases industriais de defesa em vários países passaram a se organizar de modo diferenciado, alinhadas a novos pensamentos estratégicos. Christian Malis (2010), em trecho de sua palestra intitulada *La renaissance de la pensée stratégique française après la deuxième guerre mondiale (O renascimento do pensamento estratégico francês após a Segunda Guerra Mundial)*, durante seminário *La France et ses stratégies (A França e suas estratégias)*, deixou evidente que houve um renascimento, um despertar do pensamento militar profissional após tal conflito.

Ainda segundo Malis (2010), o general Lucien Poirier dizia que “são as épocas de ruptura que favorecem a efervescência e renovação dentro do campo da reflexão, e o pensamento militar não escapa desta regra”. E Malis ainda complementou, relatando que a França já havia conhecido um renascimento intelectual no século XVIII, especialmente após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), ocasião em que os franceses foram subjugados

pelos ingleses e sofreram muitas perdas territoriais. No entanto, décadas após, os franceses trataram de dar uma resposta à altura, com as bem-sucedidas campanhas de Napoleão Bonaparte.

De fato, após momentos de intensa crise internacional, como a vivida no pós-Segunda Guerra Mundial, as grandes nações trataram de remodelar suas estruturas de defesa e a se dedicar aos estudos de estratégia, visando a se precaverem e se prepararem para os desafios da nova ordem mundial emergente. E com a França não foi diferente, pois logo buscou aprimorar seu complexo industrial de defesa, *pas à pas*, bem como se firmou na decisão, de antemão certa, de se aproximar de uma vez por todas da Alemanha, sua tradicional rival, ação que rende bons frutos até hoje.

Com ações consistentes, tomadas no nível estratégico, nos campos político, econômico, militar e científico-tecnológico, a França tornou o seu complexo industrial de defesa em um dos mais completos do mundo. Tal fato tem-lhe permitido firmar-se como uma potência mundial que não abre mão de sua independência tecnológica, mesmo diante de acordos firmados no âmbito da União Europeia, como veremos a seguir.

Complexo industrial de defesa da França após a Segunda Guerra Mundial

A política de reformulação da estrutura industrial de defesa da França sofreu, após a Segunda Guerra Mundial, mudanças substanciais, as quais serão estudadas a seguir, em dois períodos: o primeiro, de 1945 até 1991, marco do fim da Guerra Fria; e o segundo, de 1991 até a época atual.

Do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) até o término da Guerra Fria (1991)

Com a capitulação das tropas de Hitler, em 1945, estava encerrado o conflito em solo europeu, ficando somente pendente a guerra contra o Japão, que ocorria no Oceano Pacífico. A partir daí, a França passou a se reestruturar como nação e a recuperar sua infraestrutura, uma vez que os efeitos da guerra eram incalculáveis. Como era seguidora do sistema capitalista, cuja liderança era exercida pelos norte-americanos, contou com o apoio do Plano Marshall para se erguer diante de uma das maiores crises econômicas da História.

Do confronto ideológico entre capitalismo, liderado pelos EUA, e socialismo, conduzido pela União Soviética, deu-se início, em 1947, à Guerra Fria, um embate que perdurou por mais de 40 anos e no qual o mundo viveu sob a ameaça de um conflito nuclear. Os EUA e a URSS eram as lideranças de uma nova ordem mundial “bipolar”, que gerou uma corrida armamentista sem precedentes na História, só vindo a findar em 1991, com o esfacelamento da URSS e o surgimento de uma nova ordem mundial “multipolar”, com a emergência da Alemanha, do Japão e da China.

Findada a guerra, a França aspirava a voltar, o mais breve possível, ao seu *status quo* pré-1939 e a usufruir novamente de sua autonomia, pois os ideais de liberdade sempre tiveram um valor incalculável para o povo francês, que, desde o século XVIII (com a Revolução Francesa), pusera um ponto final no absolutismo monárquico e nas regalias da realeza. Desde lá, o lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” deixava mais que evidente que os franceses nunca mais abririam mão de sua autonomia e que

continuariam a demonstrar que tais anseios seriam permanentes.

Com o deflagrar do conflito, várias “mentes brilhantes” se ergueram, e, já em 1940, surgiam os primeiros sinais de que tal aspiração levaria toda a Nação a uma unidade de pensamento em prol da libertação diante do domínio alemão. Malis (2010) relatou que, naquele ano, Charles de Gaulle instigava, de Londres, André Labarthe a fundar a revista *A França Livre*. Tal periódico fora, segundo Malis (2010), “sem dúvida um dos primeiros ‘think tanks’ estratégicos interdisciplinares e internacionais do mundo ocidental”. Fora aquela a primeira resposta ao desafio de uma França independente e autônoma em futuro próximo.

Não foram poucos os estudiosos que contribuíram para a edição de Labarthe. Estrategistas, civis e militares, economistas, escritores e cientistas políticos estavam determinados a desenvolver uma nova linha de pensamento estratégico. As pesquisas científicas sobre os problemas relacionados à guerra, em todas as suas dimensões, eram continuadas, visto que a dominação nazista muito incomodava o brio do povo francês, além de gerar insatisfação e desejo de revanche.

Desta forma, o estudo de estratégia tomou conta dos debates. Entusiastas do assunto, como Peter Welsh, Raymond Aron, Camille Rougeron, Lucien Poirier, Charles Ailleret, André Beaufre, além de outros, influenciavam as pesquisas em defesa com obras de significativa importância intelectual, tais como a *Revista de Defesa Nacional*, a *Forças Aéreas Francesas*, a *Revista das Forças Terrestres*, a *Revista Militar Geral* e a *Revista Militar de Informação*. Tais estrategistas eram, como considera Malis (2010), os “Seis Grandes”, em razão do valor de suas obras e influência so-

bre a discussão na época, e traziam avanços substanciais, que mais tarde se refletiram na indústria bélica francesa.

Para Malis (2010), o debate estratégico durou pelo menos até meados dos anos 60, sendo que o ponto alto fora atingido entre 1959 e 1963. Diante de tanto incentivo à pesquisa, a indústria francesa logo deu passos consistentes e foi-se modernizando, sendo perceptíveis tais avanços a partir de 1950, época em que se retomou a capacidade produtiva com forte intervenção governamental. No início dos anos 70, a produção chegou ao auge, com mais de 30% de crescimento anual, sendo interrompida pela dupla crise do petróleo, de 1973 e de 1979, e voltando a se estabilizar a partir dos anos 1980.

Assim, sabia-se que o “conhecimento” era imprescindível ao processo de recondução da França ao topo. A relevância do propósito contava com maciça liderança militar; crucial ao sucesso do Estado, uma vez que logo se presenciaria uma onda de debates e de trabalhos científicos sendo realizados por toda parte, e os oficiais franceses se tornando exímios e assíduos pesquisadores. Malis (2010) relata que o seminarista Lattre declarou, em palestras pronunciadas em junho de 1946 e em janeiro de 1947, a seguinte expressão: “o exército deve tornar-se o centro de grandes e livres correntes de ideias”.

Daí a razão de tantos *remue-méninges* (técnicas de reflexões em equipe) sendo realizados nas instituições francesas. O mesmo ocorreu com a pesquisa individual, ocasião em que uma enxurrada de trabalhos sobre *defesa nacional* era concluída e encaminhada aos órgãos do governo. Tais fatos eram amostras de que a França vira, na velha e tradicional pesquisa científica, a solução para seus problemas, sendo este um remédio que os norte-americanos haviam encon-

trado em 1942 e que os levou literalmente ao topo do mundo na arte do pensamento militar.

Ocorre que, desde 1942, os EUA aliaram Universidade e Estado numa empreitada que, para Malis (2010), rendeu a formação dos “intelectuais de defesa”, dos “famosos *think tanks*, como a Rand Corporation”, exclusivamente à disposição do Departamento de Defesa dos EUA. Todavia, se por um lado os norte-americanos incentivaram bastante esta relação, contratando a iniciativa privada a participar mais ativamente dos projetos exclusivos de defesa, o Estado francês não estimulava tanto, pois não desejava perder o controle da situação, em decorrência dos efeitos do Plano Marshall sobre a soberania dos estados europeus.

Com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949, a presença dos EUA em solo europeu aumentou, sufocando mais ainda os desígnios dos países europeus. Na França, tal aspecto reacendeu o questionamento sobre até que medida a soberania de países europeus não estaria sendo lesada, em virtude do grande afluxo de tropas estrangeiras se utilizando do próprio solo pátrio para conseguir chegar a zonas de fricção na Europa e na Ásia. Diante da possibilidade de se transformarem em verdadeiros “coadjuvantes”, dentro da própria Europa, vários países europeus se uniram, iniciando o que hoje se conhece por União Europeia.

Assim, em 1957, países como França, Alemanha e Itália uniram forças e, de uma forma cooperativa, criaram a “Comunidade Europeia do Carvão e do Aço”, e a “Comunidade Econômica Europeia”, assegurando um crescimento econômico vigoroso nos anos seguintes, o qual durou até as crises dos anos 70. A partir dos anos 80, já na Era da Informação, a produção industrial sofreu sensíveis mudanças com o “toyotismo

japonês” colocando a aplicação do conhecimento como uma ferramenta estratégica. Ali, a França já estava bem preparada para esta nova fase da História, com um setor industrial bem diversificado e expressivo.

A revolucionária Era Digital (ou Tecnológica) provocou muitas transformações no modo de produção, e produtos considerados “não estratégicos” passaram a ser produzidos em outros países, em locais onde era mais vantajoso se produzir. Porém, na França, os “itens estratégicos” permaneceram sendo fabricados em seu próprio território, da mesma forma que em outras nações poderosas militarmente, uma vez que o Estado desejava manter o domínio sobre os setores vitais à defesa e à segurança nacional. Nem mesmo a desregulamentação da economia proposta pelo Consenso de Washington, em 1989, foi capaz de reduzir radicalmente a atuação do Estado francês em sua economia, como bem defendiam os neoliberais.

Para Masson (2014, p. 148), a

razão de ser do setor de defesa é produzir os meios da defesa, sendo, então, uma ferramenta para a política de defesa. Pela expressão da demanda pública de armamento, por sua forma, seu conteúdo, seu volume, o Estado estabelece o nível de ambição para a defesa e o nível de autonomia desejado, ou seja, seu nível de independência.

Ainda segundo Masson (2014, p. 149),

Esta noção de autonomia envolve o controle nacional da capacidade de concepção, de produção e de suporte de equipamentos, produtos, componentes. Ele resulta das exigências particulares na área da segurança do aprovisionamento. A aquisição de equipamentos de defesa possui, de fato, uma dimensão política

muito forte; dimensão também reforçada pelas exportações de armamentos (significação política e diplomática, papel do Estado na área do controle das exportações).

Para isso, conforme Masson (2014), órgãos governamentais foram criados a fim de canalizar esforços na busca de um rápido avanço na pesquisa militar e de um desenvolvimento consistente na estrutura de defesa do país, em todas as suas nuances. Um deles foi a Delegação Ministerial de Armamentos (DMA), em 1961, centralizando decisões relativas a programas de armamentos. Um outro órgão foi a Direção de Pesquisa e Meios de Testes (DRME), encarregada da coordenação de todas as atividades de pesquisa e desenvolvimento e de inovação militar. Com tal disposição do Estado francês, grandes programas foram iniciados nas áreas espacial, nuclear e militar, envolvendo até 80% da receita de pesquisa e desenvolvimento (P&D) até os anos 80.

Em 1977, DMA e DRME se fundiram, formando a Delegação Geral para o Armamento (DGA), permitindo organizar a produção de armamentos bem como manter as indústrias de defesa longe das restrições financeiras. Aqui ficava tácita a intenção prioritária do Estado, livrando seus projetos de possíveis flutuações econômicas. Assim, dos anos 50 até 1980, a maioria dos programas implementados, quase sempre ligados à linha de defesa, foi concluída. Cabe aqui ressaltar que a forte expansão da indústria contou, desde cedo, com a influência do Gen Charles de Gaulle, particularmente nos anos 50 e 60, quando ele foi primeiro-ministro e presidente da França. Sua marca maior fora manter a França afastada de qualquer tipo de dependência tecnológica externa.

Quanto à base industrial, constata-se que, a partir dos anos 60, houve uma concentração por tipo de materiais, resultando no surgimento de conglomerados setoriais, conforme Masson (2014) descreveu em sua palestra, citando algumas empresas e seu ramo de atividade produtiva: “Thomson (eletrônica), DCN (naval), Aerospatiale (aeronáutico), Dassault Aviation (aviação de combate), GIAT Industries (terrestre)”. E ele acrescentou: “Estes cinco grupos realizaram, sozinhos, cerca de dois terços da produção total de armamentos da França durante este período”.

Na década de 70, fusões fizeram surgir grandes empresas multinacionais na Inglaterra e na Alemanha, velhas rivais da França, diante da contração das despesas militares, do aumento dos gastos em pesquisa, e da necessidade de formar megagrupos que pudessem concorrer com os megagrupos norte-americanos nascidos do outro lado do Atlântico. Diante de tais mudanças, a França não teve outra saída, e passou a adotar uma estratégia de alianças, fazendo nascer a Airbus Industrie GIE, em 1970; a Euromissile GIE, em 1980; a Eurofighter Jagdflugzeug GmbH, em 1986; e a Eurosam GIE, em 1989.

Foi neste contexto que as indústrias de armamento francesas foram reinventadas sobre novas bases, e muitas delas nacionalizadas por serem consideradas estratégicas. O Estado francês monitorava tudo. Um exemplo foi a Snecma, criada em 1945, do ramo aeroespacial, também nacionalizada, que anos após viria a se fundir com a SAGEM para formar a gigante Safran. Hoje, este conglomerado atua nos ramos de defesa, motores, equipamentos e comunicação, e é uma das maiores do mundo.

No setor aeronáutico/defesa, a Dassault, criada em 1936, foi reinventada no pós-guerra, passando a se chamar Dassault Aviation em

1990. Para se ter uma ideia de sua relevância, a fabricante do caça Rafale teve, em 2014, faturamento na casa dos € 3,68 bilhões, o que demonstra a sua importância estratégica para o povo francês. Hoje, a Dassault Aviation é uma das maiores exportadoras de aviões do mundo, tanto civis quanto militares, com produtos de ponta tecnológica que garantem projeção internacional e autonomia à França neste setor.

Na área nuclear, o governo francês tratou de buscar, ainda em 1945, certa *expertise* no setor, criando a Comissão de Energia Atômica (CEA), cuja finalidade foi dotar o país de armamento nuclear. Além disso, com uma França dependente de energia para aumentar sua produção industrial, precisava-se investir em pesquisas que dessem fim a este expressivo “gargalo energético”. E o projeto deu certo, é tanto que hoje a França conta com 58 reatores nucleares que se aproveitaram da fissão atômica para gerar enorme quantidade de energia elétrica, garantindo segurança à indústria do país e aos demais setores estratégicos.

No ramo de construção naval, o destaque fica para a DCNS, fabricante de navios, submarinos nucleares, aeródromos, entre outros materiais bélicos, sendo uma grande exportadora no setor para vários países, inclusive para o Brasil. Outras empresas notáveis consideradas estratégicas são a Arianespace, criada em 1980, para produzir, operar e comercializar os foguetes espaciais Ariane 4 e Ariane 5; a Alstom, este um grupo industrial que atua na área de infraestrutura de energia e transporte ferroviário, produtora do trem de grande velocidade (TGV) Thales; e a Nexter, antiga GIAT, criada em 1973, fabricante de veículos blindados, sistemas de artilharia, entre outros materiais. A Nexter, hoje 100% estatal, é responsável por abaste-

cer as forças militares francesas com produtos de ponta tecnológica.

Do exposto, conclui-se, parcialmente, que o complexo industrial de defesa francês, entre o pós-Segunda Guerra e o fim da Guerra Fria, foi bastante incrementado pelos programas conduzidos pelas lideranças do Estado, com projetos de significativa magnitude apoiados em continuada pesquisa científica. Tais medidas acabaram por permitir que os franceses reconquistassem a capacidade de se autodeterminar, de exercer sua plena soberania. O papel dos militares foi fundamental, uma vez que os assuntos estratégicos da Nação receberam o adequado tratamento diante daquele momento bastante adverso.

Do fim da Guerra Fria (1991) até os dias atuais

Os primeiros sinais do colapso do sistema socialista soviético se deram logo no início da década de 80. No entanto, foi em 1987, diante de uma grande onda nacionalista ocorrida nos países do Leste Europeu, que tudo ficou mais claro. Da Estônia à Polônia, da Romênia à Moldávia, manifestações eram realizadas reivindicando melhores condições de vida e de liberdade. Ocorre que, com a economia da URSS em crise, o Kremlin não mais podia auxiliar seus países satélites conforme ajustado pelo Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON). Tal aspecto gerou grande insatisfação, deixando evidente que o conflito entre os EUA e URSS se aproximava do fim, e a passos largos.

E foi justamente o que aconteceu. Em 1989, deu-se a Queda do Muro de Berlim, considerado o símbolo da Guerra Fria. Na oportunidade, milhares de alemães residentes no lado oriental cruzavam a muralha em busca de melhores dias na Alemanha de Helmut, que era

capitalista. Gorbachev até que tentou adotar algumas medidas para reformar o regime, mas já era tarde. Repúblicas como a Ucrânia e o Cazaquistão resistiam, evidenciando que faltava pouco para a União ruir. Em 1991, a URSS se desfez, e a Guerra Fria chegou ao fim.

Sem uma “ameaça vermelha” rodeando o mundo, a Europa via-se em uma nova oportunidade de retomar a liderança perdida no século XX e de reafirmar teorias geopolíticas, como a do francês Jacques Brochard (Teoria dos Blocos), desenvolvida em 1942. Nela, Brochard dividia o mundo em quatro zonas de influência, sendo uma delas a “Confederação Euroafricana”, na qual Inglaterra, França, Itália e Alemanha exerceriam plena influência na Europa e na África. No entanto, a forte presença dos EUA em solo europeu, mesmo depois de 1991, ia de encontro a este propósito.

Ocorre que, sem um oponente à altura, os EUA arranjaram uma forma de aumentar sua presença no Oriente Médio, acreditando ser uma oportunidade única de firmar, de uma vez por todas, sua influência naquela região rica em recursos minerais, especialmente petróleo. Seus interesses em energia levaram a uma guerra contra o Iraque, em 1991, e outra em 2003. A França participou da coalizão da primeira, em uma operação liderada pelos EUA e autorizada pela ONU, e aproveitou o conflito, que ficou conhecido pelo nome de “1ª Guerra do Golfo”, para testar materiais dotados de novas tecnologias desenvolvidas pelo seu complexo industrial francês.

Tão logo se notou que a URSS fraquejava, sinalizando a proximidade do fim da Guerra Fria, economistas de grandes instituições financeiras norte-americanas orquestraram, em 1989, o que hoje é conhecido como Consenso de Wa-

shington. Na ocasião, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos EUA traçaram as famosas “Dez Regras”, as quais tinham por fim promover um ajuste da macroeconomia de países que passavam por dificuldades. Todavia, em verdade, era mais uma forma de manter a influência do capital norte-americano em várias áreas do globo, porém com apoio em medidas neoliberais, que funcionavam como verdadeiros mecanismos de consolidação dos interesses dos EUA no exterior. O discurso neoliberal foi tão intenso e convincente que até os franceses, deveras conservadores, acabaram por “ficar em um beco sem saída”, curvando-se, parcialmente, a uma nova onda de fusões e de privatizações.

Conforme Masson (2014), a mutação tomou conta das empresas em fins dos anos 80 e decênio de 1990. Naquela época, vivia-se diante de uma volatilidade sem precedentes do capital financeiro, em uma nova fase chamada “globalização da economia”, que viera a reboque da Revolução Tecnológica. Nesse contexto, ajustes eram obrigatórios, caso contrário, economias estariam fadadas ao insucesso. Com a corrida armamentista ficando para trás, em decorrência do fim da Guerra Fria, houve a contração das despesas militares, embora fosse imprescindível aumentar as receitas em P&D, visando manter a independência tecnológica, aspecto este nunca descuidado pelos franceses.

Mas por que logo a França, em um beco sem saída? Porque, além da pressão externa, sofria pressão dentro do próprio solo europeu, conforme relata Masson (2014, p. 152), perante a “...criação, entre 1987 e 1993, de megagrupos no Reino Unido (British Aerospace e GEC) e na Alemanha (DASA)...”. Diante disso, a França mergulhou de cabeça no bloco europeu, assinan-

do, em 1992, o Tratado de Maastricht. Ali nascia a União Europeia, bem como a previsão de unificação das moedas para o “Euro”, passo crucial para que, segundo Masson (2014, p. 152),

os industriais franceses [colocassem] em curso uma estratégia de alianças ao nível europeu, estratégia que foi facilitada pelo lançamento de programas em cooperação.

A corrente neoliberal, em foco na época, praticamente forçou os estados a intervir menos em suas economias, fazendo valer a teoria do “estado mínimo”, por meio da qual o estado deveria, tão somente, se preocupar com aspectos voltados à segurança e à justiça. Contudo, a França, apesar de ter flexibilizado bastante, não abriu mão daquilo que considerava estratégico, por bem saber dos efeitos negativos que poderiam colher no futuro. Cabe lembrar que, desde as décadas de 70 e 80, como já mencionado, nasciam por lá programas multilaterais, dando origem a filiais comuns, como o caso da Airbus Industrie GIE, em 1970.

Passou-se, então, a viver uma onda de *joint ventures* e de sociedades baseadas no mesmo tipo de negócio. Era, em verdade, um caminho sem volta, tentando tirar o papel econômico do estado e deslegitimando o setor público. Com isso, surgiram as sociedades anônimas, fruto da transformação de instituições industriais, exatamente como ocorreu com as indústrias GIAT, hoje Nexter, além da abertura de capital de outras empresas francesas, como a Aerospatiale, Snecma e Thomson. No entanto, apesar da abertura, a França selecionou certas indústrias, ditas estratégicas, para exercer um acompanhamento mais cerrado.

Masson (2014, p. 152) cita em sua obra que, nos anos 1998-2000, houve uma verda-

deira “virada [...] do nacional ao europeu” e complementa em seguida dizendo que “Estados europeus produtores de armamentos, como a França, constataram neste período uma forte dispersão do setor”. Ocorre que, frente aos concorrentes norte-americanos, as empresas europeias eram consideradas pequenas e não dispunham de força nem de tamanho suficientes para enfrentar a concorrência de seus produtos. Além disso, a diversidade de itens produzidos era bem inferior, o que reduzia o espectro de atuação da economia europeia.

Para responder a tais limitações, no final do século XX, o setor industrial de defesa europeu passou a se concentrar, primeiramente impulsionado pelas grandes nações. O foco foi sobre os setores eletrônicos e aeronáuticos, caracterizados pela importância e pelos custos de P&D. Assim, três grandes grupos europeus de dimensão mundial emergiram: a BAE Systems, a Thales e a EADS. Buscando uma estratégia vertical de concentração e de centralização dos segmentos de atividades de defesa, a BAE absorveu, ainda em 1999, os ativos eletrônicos de defesa da General Electric Company-Marconi, tornando-se a BAE Systems.

A concorrência impôs à francesa Thompson-CSF a adaptação a uma estratégia dita “multidoméstica”. Esta estratégia se traduziu em uma política de compras, aquisições e de participação em empresas estrangeiras, na Europa (Reino Unido), na Ásia (Coreia do Sul e Singapura) e na África (África do Sul). A aquisição por oferta pública da empresa britânica Racal Electronics deu à empresa Thomson-CSF, rebatizada de Thales, a grandeza internacional tão alme-

jada. O Grupo Thales, fundado em 2000, é uma empresa francesa que comercializa sistemas de informação e serviços para a indústria aeroespacial, de defesa e de segurança, e seu faturamento, em 2011, foi da ordem de € 13,03 bilhões.

Outra gigante que surgiu em 2000 foi a European Aeronautic Defence and Space Company (EADS), da fusão da DASA alemã, da francesa Aérospatiale Malta e da espanhola CASA. Tal acordo permitiu aos europeus, incluindo a França, passar ao segundo lugar no mundo na área aeronáutica, de defesa e no campo espacial, perdendo somente para os EUA. Com tão importante passo, a EADS, primeira empresa europeia no ramo citado, ainda deu origem a outros dois líderes europeus: a ASTRIUM, na construção de satélites, e a MBDA, na área de mísseis e sistemas.

Masson (2014) citou que, apesar das características dessa fase de mutação, tais como, preeminência da lógica financeira e da economia de mercado, abertura de capital, recomposição acionária das empresas no contexto de um desengajamento progressivo do Estado, busca pelo tamanho crítico das empresas e por melhores sinergias internas, operações externas para a aquisição de títulos de segmentos em crescimento, e importância das vendas para a exportação,

o Estado Francês manteve-se presente no capital das empresas mais estratégicas: Nexter, DCNS, Thales, EADS, Safran, SNPE. (MASSON, 2014, p. 154)

Para se ter uma ideia da importância de tais conglomerados, a EADS, a BAE Systems, a Finmeccanica, a Thales, e montadoras de motores Rolls Royce e Safran,

todas dos setores de aeronáutica e defesa, geraram, em 2010, mais de € 120 bilhões de vendas na Europa, valor este que representa cerca de 75% do volume de negócios do setor. Com isso, se observa que as relações *Estado x indústrias* evoluem a cada dia, com os principais grupos de capitais abertos já privatizadas em sua maioria, com clientes e atividades diversificadas.

Em outras palavras, o nível de dependência do cliente doméstico diminuiu, com as fusões, e as empresas de defesa são, hoje, mais autônomas em seu funcionamento e em suas orientações estratégicas. Enquanto que, no período entre 1950 e 1990, o Estado adotava uma política de intervenção direta em empresas menos dependentes, nos últimos anos a estratégia utilizada tem sido mais indireta, em razão das mudanças conjunturais observadas no mundo globalizado. Assim, atualmente, o governo francês busca, tão somente, executar uma política de acompanhamento.

É certo dizer que tais mutações não se traduzem em uma ruptura da relação privilegiada entre o Estado e os principais fornecedores das Forças Armadas. É tanto que, na França, os dez maiores fornecedores das Forças Armadas — Dassault Aviation, EADS, Thales, Safran, Nexter, DCNS, RTD/Panhard, Areva TA, e SNPE — representam cerca de 80% da demanda pública por armamentos. Fato similar também é visto na Inglaterra, Alemanha e Itália.

Entretanto, conforme Masson (2014, p. 156),

se a base tecnológica e industrial é importante na Europa, as ambições dos Estados produtores de armamento são divergen-

tes. As despesas de P&T representam a melhor ilustração, com uma predominância de dois Estados, **França** e Reino Unido. Lembrando que a França e o Reino Unido representam a metade dos gastos de defesa na Europa, **80% das despesas de P&D, 90% da capacidade de projeção militar** e os contribuintes mais ativos das operações no Afeganistão, na Líbia e em outros cenários em crise. Esta posição da França e do Reino Unido é igualmente encontrada nas áreas de investimento público em P&T Defesa, totalizando **70% das despesas dos Estados**. A Alemanha aparece em terceiro lugar. (grifo nosso)

Mostra disso foi a decisão que o governo francês tomou em ampliar o orçamento de defesa em € 3,8 bilhões, pelos próximos quatro anos, após o ataque jihadista ao jornal satírico *Charlie Hebdo*, em janeiro de 2015. François Hollande declarou, ainda, segundo o jornal alemão *Deutsche Welle* (2015), que “Segurança e proteção são princípios inegociáveis”. A França já havia previsto € 31,4 bilhões para gastos em defesa em 2015, livres de qualquer espécie de contingenciamento.

Apesar da necessidade de conter gastos, a França procura otimizar recursos, concentrando seus financiamentos nas tecnologias mais críticas, visto que é estratégico se conservar uma vantagem tecnológica. Por esta razão, busca diuturnamente promover parcerias empresas-universidades-laboratórios que conduzam a um ambiente favorável à pesquisa, que assegure uma cooperação internacional para as futuras gerações de equipamentos.

Do exposto, conclui-se, parcialmente, que o complexo industrial de defesa francês sofreu consideráveis mutações no período pós-Guerra Fria, sendo marcado por

uma continuidade do investimento estatal, mesmo diante do desengajamento gradual no nível internacional e de um processo de privatização de muitos setores da economia. Tal decisão continuou a garantir a desejada independência tecnológica diante de outras nações, mostrando que com defesa e segurança nacional não se deve brincar.

Conclusão

O complexo industrial de defesa francês experimentou consideráveis mudanças em sua estrutura no período pós-Segunda Guerra Mundial. Fruto de ações contundentes conduzidas pelas lideranças civis e militares, a França conseguiu retomar a dianteira da tecnologia de ponta, remodelando a sua estratégia com base em pesquisa e desenvolvimento contínuos e consistentes, os quais refletiram diretamente em sua base industrial de defesa.

Em resumo, pode-se dizer que, de 1945 a 1991, os franceses estimularam bastante a pesquisa científica aplicada e adotaram programas de grande envergadura que promoveram a reformulação de sua indústria bélica em praticamente todos os setores estratégicos. Tal período foi marcado por severa intervenção estatal, conduzida, principalmente, pelas lideranças militares.

Já do fim da Guerra Fria até hoje, as mutações e fusões se acentuaram em decorrência de uma conjuntura internacional surgente, neoliberal, e também dos próprios desígnios da União Europeia. No entanto, no período pós-1991, observou-se que o Estado francês, apesar de ter-se rendido a algumas privatizações, nunca abriu mão de

investir pesado nos setores julgados vitais à defesa nacional e tem adotado uma “política industrial de acompanhamento”, como cita Masson (2014, p. 157).

Esta verdadeira metamorfose na base industrial de defesa francesa é fruto de uma política de estado séria, bem elaborada, que sempre colocou o interesse público na frente do privado. Agora, de posse de um dos parques bélicos mais completos do mundo, novos desafios se apresentam, como defende Masson (2014, p. 157):

nova etapa na consolidação do setor [...] naval e de armamento terrestre [...]; encontrar a medida ideal entre uma política industrial de acompanhamento e a abertura dos mercados públicos de defesa à concorrência [...]; [e] repensar as formas de aquisição para a nova geração de equipamentos [...] privilegiando a **exportabilidade** e a **cooperação** [...]. (grifo nosso)

É importante frisar que tais mudanças não necessariamente representaram ruptura da relação privilegiada entre o Estado e os principais fornecedores das Forças Armadas. A transição de uma economia com forte intervenção governamental para uma economia mais liberal realmente ocorreu, mas muitas empresas, mesmo tendo sido privatizadas, são hoje monitoradas pelo Estado, como por exemplo, a Air France, a France Telecom, a Renault e a Thales.

Soma-se a isto o fato de a França dominar setores como o de produção de energia elétrica, o transporte público e várias indústrias voltadas à defesa nacional, deixando bastante manifesto que tamanha participação estatal é uma forma inteligente de se manter mão de obra altamente es-

pecializada e de difícil reposição empregada em setores estratégicos no próprio país, uma vez que a fuga dessas “mentes brilhantes” poderiam comprometer os propósitos do Estado francês.

O Livro Branco de Defesa e de Segurança Nacional da França (2013, p. 124) evidencia a importância do complexo industrial de defesa para a economia francesa, em razão de seu “nível de excelência”, uma vez que:

- gera cerca de 150.000 empregos, sendo 20.000 altamente qualificados;
- exporta de 25 a 40% de sua produção, permitindo que a França ocupe lugar de destaque entre os líderes mundiais do setor de exportação;
- conta com mais de 4.000 empresas, que rendem um produto de cerca de € 15 bilhões; e
- promove alto nível de P&D, com altos investimentos no setor.

Hoje, o foco é na exportação de produtos de ponta tecnológica, aí incluídos aviões de caça, helicópteros, mísseis, navios e

submarinos, os quais acabam por gerar consideráveis dividendos para o país, além de garantir a sustentação de megaprojetos para o futuro. A concentração do setor industrial com outros países da União Europeia se deu para fazer frente à competitividade externa dos EUA. Assim, diante do significativo retorno, o governo francês foi capaz de cobrir, em 2011, os altos custos em defesa, os quais beiraram os 63 bilhões de dólares, cifra que representava 2,3% do seu PIB. Tal orçamento foi, à época, o 5º maior do mundo.

Por fim, pode-se inferir que a França é hoje um dos principais atores globais na indústria de material de defesa, despontando como um dos principais exportadores de materiais bélicos, o que lhe garante projeção internacional, além de deixar muitas outras nações sob o seu domínio tecnológico, como é o caso do Brasil. O sucesso alcançado em setores estratégicos, como o aeroespacial, o nuclear e o aeronáutico, já demonstrava, por si só, que o povo francês não admitiria abrir mão de sua autonomia estratégica, e, para que isso fosse possível, soube fazer o dever de casa com maestria desde o fim da 2ª Grande Guerra. 🌐

Referências

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História – História Geral e História do Brasil**. 13. ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2009.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**, 1994.

BLAINEY, Geoffrey. **Uma Breve História do Século XX**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Fundamento Educacional, 2009.

DEUTSCHE WELLE. **França eleva orçamento de defesa após ataques em Paris**. Disponível em <www.dw.com/pt/fran%C3%A7a-eleva-or%C3%A7amento-de-defesa-ap%C3%B3s-ataques-em-paris/a-18417914>. Acesso em janeiro de 2016.

LIVRO BRANCO DE DEFESA DA FRANÇA (*Livre blanc sur la Défense et la Sécurité nationale*), 2013.

MALIS, Christian. **La renaissance de la pensée stratégique française après la deuxième guerre mondiale**. Seminário *La France et ses stratèges*. 22 de março de 2010. Disponível em <www.fondation-res-publica.org/La-renaissance-de-la-pensee-strategique-francaise-apres-la-deuxieme-guerre-mondiale_a486.html>. Acesso em janeiro de 2016.

MASSON, Hélène. Indústrias de defesa na França e na Europa: emergência, mutação, perspectivas de evolução. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, vol. 1, n. 1, julho /dezembro de 2014.

MCNEIL, William. **Em Busca do Poder**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Biblioteca do Exército, 2014.

MÜLLER, Reinaldo. *Cultura Estratégica*. 24 de janeiro de 2011. Disponível em <www.reinaldo-muller.blogspot.com/>. Acesso em janeiro de 2016.

VITOR, Frederico. **Os 10 maiores exportadores mundiais de armas e a geopolítica do ferro e fogo. Jornal opção – Geopolítica. Edição 2020 de 23 a 29 de março de 2014**. Disponível em <www.jornalopcao.com.br/colunas/geopolitica/os-10-maiores-exportadores-mundiais-de-armas-e-a-geopolitica-do-ferro-e-fogo>. Acesso em Janeiro de 2016.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.